

mento do Plano Intercalar de Fomento aprovado para 1966 no reforço de dotações de objectivos correspondentes constantes do programa de financiamento deste ano;

Tendo em vista a autorização concedida pelo Conselho Económico em sessão de 17 de Outubro de 1961:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos dos artigos 11.º, alínea h), 13.º e 16.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugados com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, que o Governo de Timor abra um crédito especial de 9 700 934\$19, tomado como contrapartida igual importância a sair do subsídio reembolsável da metrópole, autorizado pelo Decreto-Lei n.º 46 683, de 3 de Dezembro de 1965, destinado a reforçar com as quantias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor:

Capítulo 12.º, artigo 280.º «Plano Intercalar de Fomento»:

I) Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base:	
1) «Conhecimento científico do território»:	
b) «Hidrologia»	1 514\$50
c) «Meteorologia»	200 000\$00
2) «Investigação científica»:	
b) «Bolsas de estudo»	500\$00
II) «Agricultura, silvicultura e pecuária»:	
1) «Investigação básica»	134 680\$50
2) «Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris»	179 000\$00
III) «Pesca»:	
2) «Pescas»	123 953\$40
3) «Regularização do abastecimento interno do pescado»	477 900\$00
IV) «Energia»:	
1) «Estudos, produção, transporte e distribuição»	330 252\$50
V) «Indústria»:	
1) «Indústrias extractivas»:	
b) «Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce»	3 000\$00
2) «Indústrias transformadoras»:	
a) «Estudos»	13 439\$20
VI) «Transportes e comunicações»:	
1) «Transportes rodoviários»	2 226 669\$52
2) «Portos e navegação»	1 993 284\$57
3) «Transportes aéreos e aeroportos»	25 698\$10
4) «Telecomunicações»	1 008 932\$60
VIII) «Habitação e melhoramentos locais»:	
1) «Habitação»	531 636\$30
2) «Melhoramentos locais»	877 351\$40
IX) «Promoção social»:	
1) «Educação»	1 019 154\$80
2) «Saúde e Assistência»	553 966\$80
	<u>9 700 934\$19</u>

Ministério do Ultramar, 18 de Julho de 1967. — O Ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Timor. — J. da Silva Cunha.

Portaria n.º 22 787

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir os seguintes créditos especiais, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos:

1.º Um de 900 000\$, destinado a reforçar com as importâncias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para o corrente ano:

CAPITULO 12.º

Despesa extraordinária

Artigo 293.º «Despesas extraordinárias»:

N.º 1) «Saldo das contas de exercícios findos»:

Alínea b) «Grandes reparações de edifícios»	400 000\$00
Alínea d) «Equipamento de serviços e edifícios»	500 000\$00
	<u>900 000\$00</u>

2.º Um de 1 800 000\$, a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de S. Tomé e Príncipe para o corrente ano, destinado aos seguintes objectivos:

- a) Apetrechamento de serviços públicos, 300 000\$;
- b) Construção da Escola Industrial e Comercial de S. Tomé (1.ª fase), 1 500 000\$.

Ministério do Ultramar, 18 de Julho de 1967. — Pelo Ministro do Ultramar, José Coelho de Almeida Cota, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. — J. Cota.

Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

Decreto n.º 47 800

Em face da evolução do nível de vida das populações verificada nos últimos 30 anos, reconhece-se terem deixado de existir as condições que motivaram a publicação do Decreto n.º 27 491, de 16 de Janeiro de 1937.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É revogado o Decreto n.º 27 491, de 16 de Janeiro de 1937.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Julho de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Para ser publicado no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas. — J. da Silva Cunha.